

todos os nossos males. A expansão de nossa escola seria a primeira para a solução dos problemas estruturais.

É interessante notar que a União, embora não tenha abertamente o "entusiasmo pela educação", abstem-se, o mais possível, de tomar medidas concretas em favor da difusão de escolas, o que indica um certo temor, por parte da aristocracia rural, em relação aos possíveis resultados que a implantação de uma vasta rede de escolas públicas poderia causar ao País. O "entusiasmo pela educação" gera, entretanto, algumas medidas concretas por parte da União, a respeito do ensino primário. Em 1917, verifica-se o fechamento de "escolas estrangeiras" no sul do País. Em 1918, pela primeira vez em nossa história, são incluídos, no orçamento da União, recursos para a criação de escolas primárias no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina. Em 1921, é promovida a primeira Conferência Interestadual sobre o Ensino Primário, no País. Em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, promulgada pelo então Ministro dos Negócios do Interior e da Justiça João Luiz Alves, o Governo Federal estabelece as primeiras normas no sentido de garantir a intervenção do Poder Central na difusão do ensino primário nos Estados.

A década de vinte caracteriza-se por um período de intensas mudanças, decorrentes do avanço do processo de industrialização, numa sociedade de base agrária. Nesse momento, vive o País uma situação de crise institucional que se traduz em linhas gerais, pela inadequação do sistema de dominação condições infra-estruturais do País. Apesar de controlar o processo político, via voto, é evidente que as oligarquias rurais já não detêm, de maneira tranqüila, a hegemonia no controle do País. Nela se delinham as bases e diretrizes do pacto social que entrará em vigor no País, com a Revolução de Trinta.

comento à penetração alemã no sul do País, reclamam a intervenção do governo central para o fechamento das escolas "desnacionalizantes" ou "estrangeiras", comuns nessa região, e a criação de escolas, onde seria oferecida a educação moral e cívica.

A mobilização em favor da escola elementar tem, também, o objetivo de promover a renovação política do País. Para as Ligas Nacionalistas, a educação é o instrumento pelo qual seria possível combater a aristocracia agrária, detentora da hegemonia política. O problema da expansão da rede escolar é associado à crença na possibilidade de recomposição do poder através da ampliação do número de votantes. Os membros da Liga Nacionalista no Brasil, por exemplo, fundamentam sua posição na restrição ao voto do analfabeto, imposta pela Constituição Republicana de 1891. Argumentam: "a única restrição que nossa lei impõe ao direito de voto é a necessidade de ler e escrever, mas esta condição mínima imposta, no Brasil, resulta numa restrição formidável à capacidade política, que se torna assim um privilégio de uma reduzida minoria. Se do total da população, subtrairmos os 30% dos analfabetos e do restante deduzirmos as milhares, os incapazes por falta de idade ou outras condições, o número de cidadãos investidos do direito de votar torna-se insignificante. Se subtrairmos ainda as abstenções, as deserções voluntárias, chegamos à conclusão de que não temos uma democracia, mas uma aristocracia".

Este período intitulado por Jorge Nagle de "entusiasmo pela educação", caracteriza-se por uma campanha em favor da expansão da escola do ponto de vista quantitativo, levando em conta a necessidade de nacionalização do País e de recomposição do poder político. Nele o analfabetismo é considerado como sendo o problema central da sociedade brasileira, causa de